PARECER Nº 206/2025 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº CM 094/2025

1. Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do Exmo. Vereador Walmir Ribeiro, que “institui a política municipal de conscientização sobre os efeitos da pornografia e estabelece diretrizes para a promoção da saúde mental, social e física da população”.

Em resumo, o projeto propõe instituir no Município de Divinópolis política pública voltada à conscientização sobre os efeitos do consumo de pornografia, estabelendo diretrizes para a promoção da saúde mental, social e física da população, mediante, entre outras ações, do desenvolvimento de campanhas educativas sobre os riscos do consumo de pornografia, do estímulo a realização de estudos e pesquisas sobre os efeitos dessa prática, a capacitação de educadores e profissionais de saúde e assistência social para orientação e a implementação, mediante parcerias com entidades públicas e privadas, de programas de apoio psicológico e terapêutico para pessoas com dificuldades decorrentes do consumo de pornografia.

Em sua justificativa, o autor do projeto argumenta que “a presente proposta legislativa visa instituir a Política Municipal de Conscientização sobre os Efeitos da Pornografia, estabelecendo diretrizes para a promoção da saúde mental, social e física da população. O objetivo central deste projeto é fomentar o debate sobre os impactos do consumo de material pornográfico, bem como desenvolver ações educativas e preventivas que auxiliem na construção de uma sociedade mais informada e saudável. Estudos científicos apontam que o consumo de pornografia pode estar relacionado a diversos problemas de ordem psicológica e social, incluindo vício, isolamento, distorções na percepção da sexualidade, aumento da violência sexual e dificuldades nos relacionamentos interpessoais. Além disso, há evidências de que o uso pode contribuir para transtornos como ansiedade, depressão e disfunções sexuais, especialmente entre os jovens, que frequentemente têm acesso irrestrito a esse tipo de conteúdo, onde segundo estudos a idade média de início de consumo é de 12 anos. Nesse contexto, a instituição desta política pública busca atuar preventivamente por meio de campanhas educativas, palestras e parcerias com instituições de ensino e saúde, oferecendo informações embasadas cientificamente sobre os impactos da pornografia na vida dos indivíduos e da sociedade

Documento assinado digitalmente - DP5-GQG-VP0-EKY
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

como um todo. O projeto também visa à promoção do bem-estar, incentivando hábitos saudáveis e reforçando valores como o respeito à dignidade humana em seus relacionamentos. Portanto, a implementação desta política municipal é um passo essencial para a construção de um ambiente mais saudável, onde a informação qualificada permita que a população tenha consciência dos riscos do consumo de pornografia e, assim, possa tomar decisões mais responsáveis em relação ao tema."

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

2. Fundamentos

Após a análise do projeto sob apreciação, com a finalidade de realizar verificação preliminar acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta, foi possível chegar às seguintes constatações.

2.1 Do exame quanto à competência legislativa

Sob o aspecto da competência do Legislativo Municipal, não foi verificada a existência de óbice ao trâmite da matéria, eis que plenamente adequada às normas constitucionais de fixação das competências legislativas.

Em se tratando de proposta que viabiliza a criação de política pública municipal de conscientização sobre os efeitos do consumo de pornografia, com o estabelecimento de diretrizes para a promoção da saúde mental, social e física da população, a matéria se enquadra na condição de assunto de interesse local, portanto de competência dos Municípios, na forma do art. 30, I, da Constituição Federal.

A competência municipal para disciplinamento da matéria encartada na proposição, ainda encontra amparo no disposto nos artigos 11, XXII, da Lei Orgânica do Município.

2.2 Da iniciativa

Verifica-se que o projeto de lei ordinária em questão pode ser proposto qualquer Vereador, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, além de que a matéria em debate não encontra-se encetada entre as hipóteses de competência privativa do Chefe do

Documento assinado digitalmente - DP5-GQG-VP0-EKY
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

Poder Executivo Municipal a que faz referência o §3º, do art. 48, da Lei Orgânica Municipal. Há, portanto, perfeita adequação do projeto, sob o aspecto da iniciativa.

2.3 Da constitucionalidade

A Constituição Federal de 1988 é clara ao dispor em seu art. 30, I, que é de competência dos Municípios o disciplinamento de assuntos de interesse local, enquadrando-se a proposta que viabiliza a criação de política pública municipal de conscientização sobre os efeitos do consumo de pornografia, com o estabelecimento de diretrizes para a promoção da saúde mental, social e física da população, nessa natureza de assuntos.

Não se visualiza, na presente análise, confronto entre as disposições constitucionais e as disposições contidas no projeto ora apresentado, devendo o mesmo, *s.m.j*, ser considerado constitucional.

2.4 Legalidade

Quanto à legalidade da matéria, faz-se necessária a análise do projeto sob o aspecto da competência de iniciativa, de sua adequação aos normativos, bem como de sua conformação com o texto constitucional, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

A matéria tratada no projeto sob análise é dotada de ineditismo, não sendo constatadas na pesquisa realizada sua identidade ou semelhança com outra matéria em tramitação, nem mesmo qualquer causa que possa conduzir à sua prejudicialidade.

A proposição apresentada cinge-se a instituir no Município de Divinópolis política pública voltada à conscientização sobre os efeitos do consumo de pornografia, estabelendo diretrizes para a promoção da saúde mental, social e física da população, mediante, entre outras ações, do desenvolvimento de campanhas educativas sobre os riscos do consumo de pornografia, do estímulo a realização de estudos e pesquisas sobre os efeitos dessa prática, a capacitação de educadores e profissionais de saúde e assistência social para orientação e a implementação, mediante parcerias com entidades públicas e privadas, de programas de apoio psicológico e terapêutico para pessoas com dificuldades decorrentes do consumo de pornografia.

O projeto propõe que, para a concretização dos objetivos dessa política municipal, o Poder Executivo Municipal possa formalizar parcerias com instituições públicas ou privadas.

Documento assinado digitalmente - DP5-GQG-VP0-EKY
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

A análise inicial realizada pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação apontou a existência de condições impeditivas para aprovação da proposta, sobretudo relacionadas à usurpação de competências do Poder Executivo Municipal materializadas na imposição de encargos à órgãos públicos específicos. Em resposta, o autor da proposta protocolou emenda corrigindo essa situação, sendo imperioso considerar que a legalidade do projeto fica condicionada à aprovação em conjunto do texto da emenda modificativa protocolada.

Com as alterações promovidas pela emenda apresentada, tratando-se de proposição autorizativa de conteúdo genérico, sem imposição da realização de ações ou da imposição de encargos, afasta-se a ideia de eventual usurpação de competências que caberiam de forma exclusiva ao Poder Executivo.

Nesse sentido, pelas razões expostas, inexistem óbices de natureza legal que possam impedir a aprovação do projeto de lei apresentado.

2.5 Técnica legislativa

Nesse aspecto, o projeto em análise encontra-se redigido com clareza e observância da técnica legislativa adequada, atendendo, portanto, às exigências e condições de tramitabilidade e legalidade do art. 154, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

3. Conclusão

Em face do exposto, é o parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de Lei Ordinária nº CM 094/2025.

Divinópolis, 1º de julho de 2025.

Anderson da Academia	**Welington Well**	**Ney Burguer**
Vereador Presidente e Relator da Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis	Vereador Secretário da Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis	Vereador Membro da Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis

Bruno Cunha Gontijo

Procurador do Legislativo Municipal

Documento assinado digitalmente - DP5-GQG-VP0-EKY
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

PLCM 094/2025

Documento assinado digitalmente - DP5-GQG-VP0-EKY
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 01/07/2025 às 19:12:53

Assinantes

✓ BRUNO CUNHA GONTIJO

Assinou em 01/07/2025 às 19:12:55 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.245.186-**

Eu, BRUNO CUNHA GONTIJO, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ ANDERSON EUSTAQUIO RODRIGUES

Assinou em 02/07/2025 às 16:35:27 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.462.676-**

Eu, ANDERSON EUSTAQUIO RODRIGUES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ CLAUDINEI CUNHA DA SILVA

Assinou em 02/07/2025 às 16:43:29 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.006.976-**

Eu, CLAUDINEI CUNHA DA SILVA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ WELINGTON GERALDO DA SILVA

Assinou em 02/07/2025 às 16:49:09 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.809.696-**

Eu, WELINGTON GERALDO DA SILVA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

DP5 **GQG** **VP0** **EKY**